

O ESTANDARTE QUE NUNCA SE ABATEU



Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinha

Contra-Almirante (RM1) Guilherme Mattos de Abreu

Quem ingressa no Museu da Escola Naval, em Villegagnon, avista, junto à entrada, o belíssimo Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinha, réplica daquele utilizado pela Escola Naval portuguesa até o fim da monarquia (1910) e, recentemente, restaurado.^{1 2 3}

¹ Este artigo, salvo quando indicado em contrário, tem como fonte o texto compreendido entre as páginas 94 e 108 do livro referente à Escola Naval portuguesa: “*Os Primeiros Cem Anos da Escola Naval: 23-IV-1845 a 23-IV-1945*”. [Lisboa]: 1946.487p.

² Este artigo apresenta transcrições de documentos de diversas épocas, portanto, com diferentes grafias. “*Companhia dos Guardas-Marinha*”, por exemplo, aparecerá também grafada como: “*Companhia dos Guardas-Marinhas*”, “*Companhia de Guardas-Marinhas*” e “*Companhia dos Guardas Marinhas*”. A expressão “*Guardas-Marinha*”, preferida pelo autor, também foi empregada.

³ A réplica foi ofertada pela Escola Naval portuguesa à nossa Escola Naval em 1982, por ocasião do bicentenário de criação da Academia Real dos Guardas-Marinha.

O primitivo Estandarte (ou Bandeira) da Companhia teria chegado ao Brasil em 1809 ou 1810, trazido de Lisboa pela Charrua “São João Magnânimo”⁴, pois se quedara na sede da Academia Real de Guardas-Marinha, quando esta acompanhou a Família Real portuguesa, por ocasião de sua instalação no Rio de Janeiro, em 1808. O exemplar original guarda curiosa história, pouco conhecida.

Sua cor era carmesim, um vermelho forte, brilhante e intenso, adotado nos estandartes reais desde o tem-

⁴ Sabe-se que o estandarte ficará em Portugal, segundo inventário de 8/11/1808; e que o mesmo fazia parte da listagem do material transportado pela Charrua “São João Magnânimo”. O material transportado por este navio já se encontrava no Rio de Janeiro, em junho de 1810. (*Da Companhia de Guardas-Marinhas e sua Real Academia à Escola Naval: 1782-1982*. de Antonio Luiz Porto e Albuquerque. Xerox do Brasil, Escola Naval, 1982. Páginas 40, 41 e 148.)

po de D. João V (1689 - 1750). Um registro de 1719⁵ apontava: “...O Estandarte Real he de seda e bordado de ouro: tem de hum banda as armas do Reyno e Nossa Senhora da Conceição da outra;...” A presença da imagem de Nossa Senhora da Conceição justificava-se por ser a Padroeira do Reino, instituída por uma Provisão de 25 de março de 1646.

Esta descrição básica aplica-se ao Estandarte original da Companhia dos Guardas-Marinha: vermelho vivo, tendo, em uma face, a imagem de Nossa Senhora da Conceição pintada a óleo; e, na outra, as armas do Reino. Confeccionado com diversas peças de seda costuradas entre si e cortadas de modo a formar figuras geométricas, tinha de altura 126 cm e largura irregular, em torno de 112 cm. Uma dessas figuras era uma grande estrela de quatro pontas, tocando os vértices a meio dos lados do retângulo. Em uma face, centrava esta estrela um disco também de seda, de 55 cm de diâmetro, onde estava pintada a óleo a Imagem da Virgem. Um sol, dardejando raios, fazia fundo à imagem.

No verso, também pintado no centro, o escudo nacional, com o desenho em vigor no final do século XVIII, à época da criação da Companhia. De um e outro lado do escudo, havia troféus, lanças e espadas, pousando o escudo e troféus sobre o casco de uma nau do século XVIII. Por baixo das armas do Reino, uma fita com a inscrição “*Companhia dos Guardas Marinhas*”; e, inferiormente, duas âncoras cruzadas.

⁵ *Memórias Militares*, de Couto Castelo Branco, editado em Amsterdã, em 1719, como indicado na principal fonte deste artigo.



Em toda a periferia, corria uma silva florida pintada a ouro. Nos dois cantos junto à tralha, viam-se as letras MPR entrelaçadas, significando “*Maria Primeira Rainha*”, encimadas pela Coroa Real.

A Companhia dos Guardas-Marinha foi criada pela Rainha D. Maria I, por decreto de 14 de dezembro de 1782. Os Guardas-Marinha passaram a fazer os seus estudos na Academia Real dos Guardas-Marinha, que começou a existir juntamente com a citada Companhia. O Estandarte foi confeccionado em data desconhecida. Uma ordem do Almirantado português, datada de 31 de janeiro de 1801, a ele se referia quanto ao procedimento de continência a ser prestada pela Companhia. O documento assinalava:

Considerando como Estandarte a denominada bandeira da Companhia ela só se deve desenrolar estando presente qualquer pessoa Real.

Era, portanto, a Bandeira da Companhia também um Estandarte Real!

Essa primeira Bandeira ou Estandarte seguiria para o Rio de Janeiro, após a Academia ter se transferido para esta cidade (1808), acompanhando a Família Real.

Chegando ao Brasil, a Academia instalou-se no Mosteiro de S. Bento. Entretanto, cerca de quatro anos após o regresso da Família Real a Lisboa, foi reorganizada e instalada em sua antiga sede - Sala do Risco e anexos -, no Arsenal Real de Marinha, Lisboa (29 de março de 1825). Mas a Academia, que mais tarde se tornaria a Escola Naval brasileira, continuou funcionando no Rio de Janeiro, com a denominação de Academia Imperial de Guardas-Marinha.

Os registros conhecidos dessa época não apontam qualquer notícia particular sobre a Bandeira, sendo lícito afirmar que esta não regressou do Brasil, visto que, em 25 de junho de 1825, o Ministro da Marinha portuguesa, Joaquim José Monteiro Tôrres, expediu ao Comandante da Companhia, Capitão-Tenente João de Fontes Pereira de Melo, um ofício onde se lê:

Sendo presente a sua Majestade o ofício de Vossa Mercê em data de 16 do corrente e os quisitos a ele juntos, que versão sobre algumas dúvidas que Vossa Mercê encontra no Regulamento dos Guardas-Marinhas: He o mesmo Senhor servido Determinar ...

5. Finalmente quanto à Companhia ter bandeira e tambor uniforme particular, que se observe o mesmo que se praticava com a antecedente Companhia de Guardas-Marinhas.

Em 23 de abril de 1845, a Academia Real dos Guardas-Marinha passou a denominar-se Escola Naval, por ato da Rainha D. Maria II (brasileira, filha de D. Pedro I, Imperador do Brasil, e também D. Pedro IV, Rei de Portugal). Um novo estandarte, bordado pela própria Rainha, foi confeccionado, havendo registro de que foi utilizado por ocasião da apresentação do Infante D. Luis⁶, Duque do Porto, à Companhia dos Guardas-Marinha, em 29 de outubro de 1846.

Este Estandarte seguiu, em linhas gerais, a concepção da primitiva Bandeira da Companhia. As diferenças mais substanciais estão relacionadas à face do escudo das armas nacionais, compatível com o adotado no século XIX, à época de D. Pedro IV. O escudo descansa sobre duas âncoras cruzadas, as quais se assentam sobre dois grandes ramos de louro. Na parte inferior do escudo divide-se, para cada lado, uma fita onde se lê “COMP.^a DE GG. MM”. Entre as duas partes da fita e as unhas inferiores das âncoras está a Cruz de Cristo pendente. Em uma e outra face da Bandeira, os quatro cantos apresentam duas âncoras cruzadas sobrepujadas pela Coroa Real e cercadas de ramos de carvalho. Na outra face, em um medalhão oval de cetim branco, está pintada a óleo a imagem da Virgem, de mãos postas. O talabarte era em veludo carmezim bordado.

Mas eis que o Estandarte original reaparece!

Em 1872, o Comandante do Transporte a vapor “*Quelimane*”, 2º Tenente Augusto de Castilho, localizou o desaparecido Estandarte entre as alfaias da igreja de Nossa Senhora do Livramento, na Vila de Quelimane, Moçambique, e providenciou o seu resgate e retorno para Portugal. O Estandarte, segundo informação local, estaria em Quelimane, desde 1834, ignorando-se como ali chegara.

Augusto de Castilho enviou essa Bandeira para Lisboa, em 23 de novembro de 1872, como se constata do documento a seguir:

Ill. mo e Ex. mo Senhor

Tenho a honra de fazer passar às mãos de V. Ex. a uma bandeira velha da Compa-

nhia de Guardas-Marinhas que por acaso obtive em Quelimane das Alfaias da igreja de Nossa Senhora do Livramento como V. Ex.ª verá pela correspondência que por cópia remeto.

Confiado que a posse de um tão precioso objecto deve causar um verdadeiro júbilo a V. Ex.ª e à Companhia felicito-me por lho haver proporcionado fazendo votos para que nunca jamais se torne a extraviar uma tão respeitável reliquia.

Deus Guarde a V. Ex.ª.

Ill. mo e Ex. mo Senhor Conselheiro Antonio Sebastião de Castro Guedes, Comandante da Companhia de Guardas-Marinhas.

Infelizmente, o Estandarte perder-se-ia, quase que por completo, em incêndio ocorrido em 18 de abril de 1916, sendo os seus restos recolhidos nos escombros da Sala do Conselho da Escola Naval. Os fragmentos chamuscados estiveram, por muitos anos, guardados no cofre da Secretaria da Escola Naval. Com a transferência da Escola para o Alfeite, não mais se teve notícia destes despojos, até que foram localizados em uma gaveta da Biblioteca da Marinha, em Lisboa.

Era sina desta bandeira e até de seus restos envolverem-se em misteriosa situação!

Infelizmente, o incêndio também destruiu a quase totalidade dos arquivos da Escola Naval portuguesa, desaparecendo os Diários da Companhia e do Corpo de Alunos. Com isso, não restaram registros quanto às honras em que figurava o Estandarte no período monárquico (a República foi proclamada em 1910, após a deposição de D. Manuel II), salvo o de “*só dever desenrolar, estando presente Pessoa Real*”.

Tal preceito constava do Regulamento da Companhia dos Guardas-Marinha de 1847, ao tratar das honras às Majestades ou Príncipes, no capítulo de honras e continências:

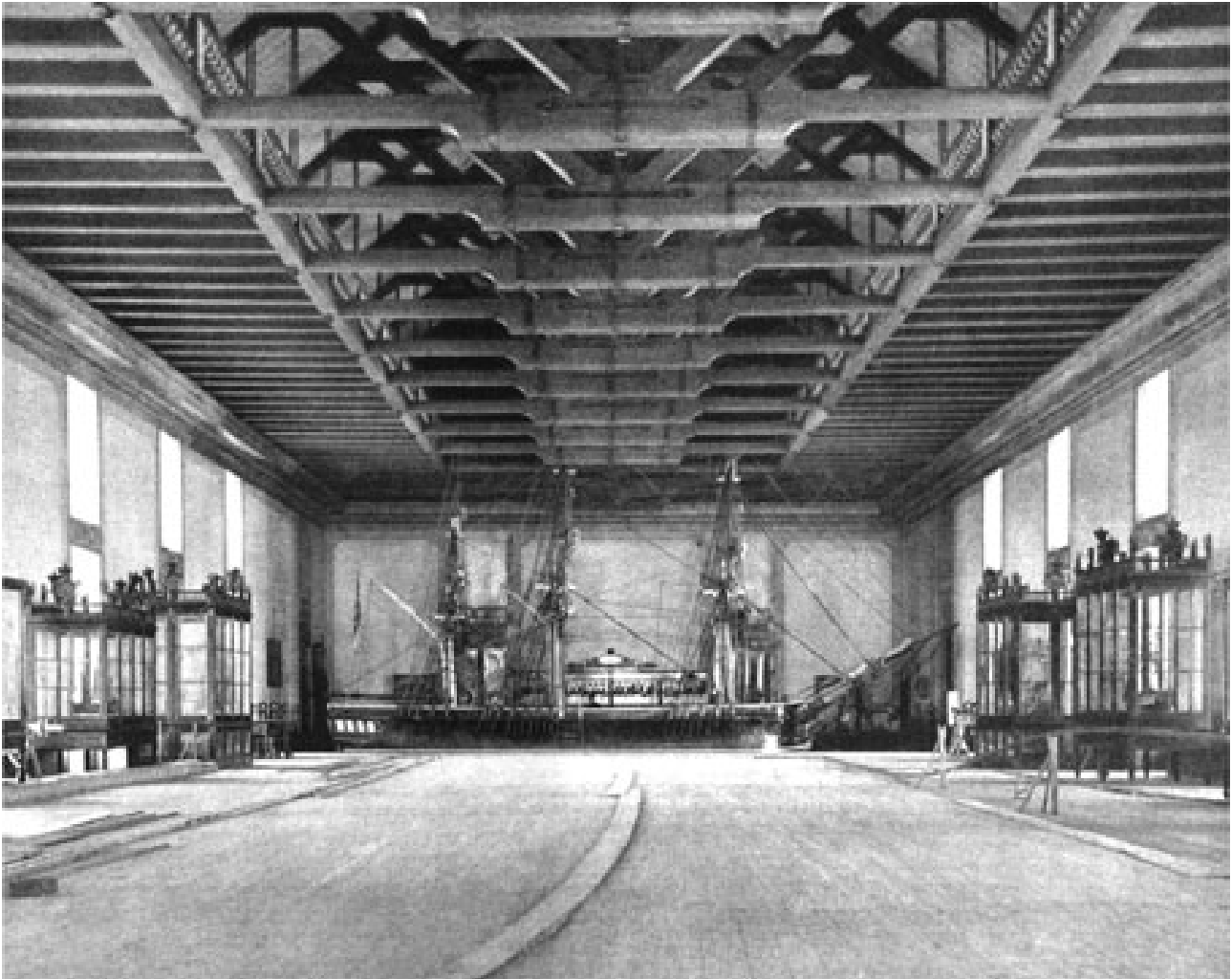
Parágrafo 79

Quando suas Majestades e seu séquito passarem em frente da Companhia o porta bandeiras lhe inclinará a bandeira sem a abater.

Parágrafo 80

As honras ao Ministro Inspector da Escola Naval ou qualquer dos outros Ministros

⁶ D. Luís (1838-1889), mais tarde D. Luis I, Rei de Portugal (1861, até a sua morte).



Sala do Risco do Arsenal Real de Marinha, onde a Companhia dos Guardas-Marinha tinha instrução prática e militar. Ao fundo, vê-se uma grande maquete de um navio a vela – a “Corveta ‘Paciência’”

do Estado, ao Conselho Superior de Justiça Militar, Cardeal Patriarca, Embaixadores e Ministros Estrangeiros, são idênticas às do § anterior mas a bandeira não se inclina.

Esta disposição é confirmada em instruções presentes em um opúsculo relativo a honras e continências, publicado pela Escola Naval portuguesa no ano escolar de 1902-1903, onde o tópico n.º 26 determina:

As bandeiras e guiões põem-se em adoração sempre que a tropa ajoelhe e ponha armas nessa posição; abatem-se depois de apresentadas na Continência feita a Suas Majestades, ao regente do Reino, e outros Soberanos reinantes ou Embaixadores extraordinários e ao Comandante em

Chefe do Exército.

Exceptua-se a bandeira do Corpo de Alunos da Armada que nunca se abate (§ 79.º do Regulamento da Companhia de Guardas-Marinhas) por ter Nossa Senhora da Conceição, padroeira do Reino, põe-se contudo em adoração e apresenta-se a tôdas as demais a quem as tropas apresentam armas.

Eis, pois, a curiosa história do Estandarte da Companhia dos Guardas-Marinha. O Estandarte que nunca se abateu!